

São José dos Quatro Marcos, aos 15 dias do mês de maio de 2023.

Pregoeiro: Danilo Ricardo Pivetta

PORTARIA Nº 054/2023 DE 11 DE MAIO DE 2023

ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DO CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO INTERNO, GELO E DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DAS AGROINDÚSTRIAS REGISTRADAS NO SIM.

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, no uso de suas atribuições legais, por recomendação da coordenação do Serviço de Inspeção Municipal via Consórcio, estabelece condições para a realização de análises físico-químicas e microbiológicas da água de abastecimento interno e dos produtos de origem animal das agroindústrias registradas no SIM/CIDESAT.

CONSIDERANDO a necessidade de controle da qualidade da água de abastecimento interno, gelo e dos produtos de origem animal, bem como o controle higiênico-sanitário adotados pelos estabelecimentos que industrializam produtos de origem animal;

CONSIDERANDO a responsabilidade das empresas da cadeia produtiva de alimentos em garantir, qualidade, inocuidade e segurança alimentar dos produtos de origem animal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecida a obrigatoriedade do cumprimento por parte das agroindústrias registradas no SIM, do cronograma de análises físico-químicas e microbiológicas da água de abastecimento interno e dos produtos de origem animal.

Art. 2º. As análises laboratoriais oficiais devem ser realizadas após a concessão do registro do estabelecimento de acordo com o cronograma mencionado no art. 1º desta Portaria, qual seja:

- a) Análises **físico-químicas da água** de abastecimento: a cada **06(seis) meses**.
- b) Análises **microbiológicas da água** de abastecimento: a cada **06(seis) meses**.
- c) Análises **físico-químicas dos produtos** de origem animal: a cada **12 (doze) meses**.
- d) Análises **microbiológicas dos produtos** de origem animal: a cada **12 (doze) meses**.

§1º O cronograma poderá ser alterado a qualquer momento pela Coordenação do SIM/CIDESAT, mediante Ordem de Serviço, e de acordo com a Resolução Administrativa nº 22/2022/CIDESAT.

Art. 3º. As análises dos produtos de origem animal e da água de abastecimento interno serão efetuadas de acordo com a Portaria GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021 da ANVISA, Instrução Normativa nº 161, de 1º de julho de 2022 e lista de parâmetros físico-químicos e microbiológicos para produtos de origem animal comestíveis e água de abastecimento publicada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária na página <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insp...>, quanto aos parâmetros a serem analisados.

Art. 4º. Os estabelecimentos agroindustriais considerados da agricultura familiar de acordo com a lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, em seu art. 3º, incisos I, II, III e IV, registradas no SIM- Serviço de Inspeção Municipal, terão isenção do pagamento das análises oficiais físico-químicas e microbiológicas dos produtos de origem animal produzidos.

§1º Os estabelecimentos que produzem mais de 1 (um) produto, terão as análises encaminhadas de forma intercalada, para que todos os produtos sejam analisados no período de um ano.

§2º Os produtos a serem analisados são aqueles determinados pelo Técnico responsável pela inspeção, mediante a apresentação da SOA - Solicitação Oficial de Análise constante no site do laboratório credenciado pelo Consórcio CIDESAT para a realização das análises.

§3º As coletas oficiais devem ser realizadas pelo responsável pela inspeção, pelo Coordenador Municipal do SIM, ou na presença de um deles, seguindo os cuidados básicos de boas práticas de coleta. A amostra deve ser coletada, sempre que possível, na presença do detentor do produto ou seu representante, conforme o caso.

§4º Não deve ser coletada amostra de produto cuja identidade, composição, integridade ou conservação esteja comprometida.

§5º O serviço oficial pode a qualquer momento solicitar outros tipos de análises como, por exemplo: análises sensoriais, organolépticas, fatores de qualidade, assim como também análise da matéria prima e do produto final a critério da inspeção, as quais serão custeadas pelo agricultor.

§6º O serviço oficial pode solicitar a qualquer momento, análises de qualquer produto industrializado pelo estabelecimento, ou da matéria prima, fora do calendário previsto.

§7º As análises do produto de origem animal produzido pelas agroindústrias da agricultura familiar, quando solicitadas fora do calendário previsto não serão custeadas pelo CIDESAT.

§8º Para solicitar análises fora do calendário previsto, o responsável pela inspeção deverá apresentar justificativa para a solicitação.

§9º As análises físico químicas e microbiológicas da água de abastecimento utilizada na produção de alimentos, não serão custeadas pelo CIDESAT, exceto para os estabelecimentos de que trata o artigo 4º desta Portaria.

Art.5º. O estabelecimento que apresentar uma análise de produto microbiológica ou físico química em desacordo com os padrões legais vigentes será autuado, será impedido de comercializar o lote do produto cuja amostra foi considerada imprópria para consumo e terá a linha de produção deste produto suspensa a critério do SIM/CIDESAT.

Art.6º. A empresa que tiver suas atividades suspensas na forma deste artigo, somente será liberada para voltar a produzir após apresentar laudos de análises microbiológicas e ou físico-químicas completos, isto é, com todos os parâmetros legais vigentes, apresentação de plano de ação revisado e parecer favorável do médico veterinário responsável pela inspeção sanitária em auditoria de Boas Práticas de Fabricação.

Art.7º. O estabelecimento que deixar de apresentar, dentro do prazo estabelecido por esta coordenação, uma análise microbiológica e ou físico química completas, para contraprova, será autuado e terá suas atividades suspensas. O estabelecimento que apresentar as referidas análises em desacordo com os padrões legais vigentes será autuado e terá 30 dias para solucionar a causa da desconformidade e apresentar nova análise em acordo com os padrões legais vigentes, ou terá suas atividades suspensas.

Parágrafo Único: Os estabelecimentos da agricultura familiar que apresentarem as análises microbiológicas e ou físico químicas para contraprova, ou para solucionar alguma desconformidade, quando requeridas pelo veterinário responsável pela inspeção arcarão com todas as despesas referentes a essas análises.

Art. 8º. Para realização das análises fiscais, devem ser coletada amostra em triplicata da matéria-prima, do produto ou de qualquer substância que entre em sua elaboração, asseguradas a sua inviolabilidade e a sua conservação.

§1º Uma das amostras coletadas deve ser encaminhada ao laboratório credenciado, e as demais devem ser utilizadas como contraprova. Uma amostra deverá ser entregue ao detentor ou ao responsável pelo produto e a outra amostra deverá ser mantida em poder do laboratório ou do SIM.

§2º É de responsabilidade do detentor ou do responsável pelo produto, a conservação de sua amostra de contraprova, de modo a garantir a sua integridade física.

§3º Não devem ser coletadas amostras fiscais em triplicata quando:

- I – A quantidade ou a natureza do produto não permitirem;
- II – O produto apresentar prazo de validade exíguo, sem que haja tempo hábil para a realização da análise da contraprova;
- III – tratar-se de análises fiscais realizadas durante os procedimentos de rotina de inspeção oficial; e

IV – Forem destinadas à realização de análises microbiológicas, por ser considerada impertinente a análises de contraprova nestes casos.

Art. 9º. - As amostras para análises devem ser coletadas, manuseadas, acondicionadas, identificadas e transportadas de modo a garantir a manutenção de sua integridade física e a conferir conservação adequada ao produto.

Parágrafo único – A autenticidade das amostras deve ser garantida pela autoridade competente que estiver procedendo à coleta. Os custos do envio das amostras são do estabelecimento.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José dos Quatro Marcos, 11 de maio de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

EDITAL DE RESULTADO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2023 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2023

A Comissão de Licitação comunica a quem possa interessar que, após abertura e julgamento das propostas apresentadas no Processo Licitatório realizado, na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preços nº. 02/2023, Processo nº. 04/2023, com o objeto de *Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Combustíveis para os veículos do Consórcio, Secretaria Executiva, inclusive para Caminhões e Máquinas parte da Patrulha Rodoviária objeto do Convênio SINPRA, incluindo parcerias com os consorciados para manutenção das rodovias estaduais não pavimentadas e para atender a necessidades do Aterro Sanitário e projeto Rota do Peixe*, teve como “VENCEDORES” as seguintes empresas conforme quadro abaixo:

Item	24 Código	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS REAL LTDA CNPJ: 24.675.878/0001-95 Avenida São Paulo, 854 CASA - CENTRO, SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS - MT, CEP: 78285-000 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quant.	% Desc.	Valor Unit.	Valor Total
4	001.006.001	GASOLINA	LT	5000	6,551	5,42	27.100,00
		Total do Proponente					27.100,00
Item	195 Código	PABEL COMERC. DE COMBUST. IMPORT. E EXPORT. LTDA CNPJ: 02.781.081/0001-30 AVENIDA SAO PAULO, 2467 TERREO - JARDIM ZE FERINO I, SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS - MT, CEP: 78285-000 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quant.	% Desc.		Valor Total
1	001.013.368	OLEO DIESEL COMUM - S500	LT	660000	2,119	5,08	3.352.800,00
2	001.013.369	OLEO DIESEL - S10	LT	500000	2,835	5,14	2.570.000,00
3	001.006.004	ETANOL	LT	13000	3,856	3,74	48.620,00
		Total do Proponente					5.971.420,00
TOTAL GERAL							5.998.520,00

São José dos Quatro Marcos/MT, aos 15 dias do mês de maio de 2023.

Pregoeiro: Danilo Ricardo Pivetta

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ

EXTRATO DE CONTRATO 010/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL-VALE GUAPORÉ (CIDESA);

CONTRATADA: CONCRETUBOS PREMOLDADOS LTDA.

OBJETO: O contrato tem como objeto aquisição de materiais e produtos para implantação de 03 (três) unidades de referência tecnológicas de leite na região do CIDESA VALE DO GUAPORÉ.

1.1. VIGÊNCIA: 06 (Seis) meses a contar de 15/03/2023;

VALOR: valor total de R\$: **R\$ 4.200,00** (quatro mil, duzentos reais).

Nova Lacerda-MT, 15 de maio de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO 019/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL-VALE GUAPORÉ (CIDESA);

CONTRATADA: LV ENGENHARIA E CONSULTORIA DE PROJETOS AMBIENTAIS.

1.1. OBJETO: O contrato tem como objeto contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria em engenharia sanitária e ambiental, com atendimento presencial e remoto para o CIDESA – Vale do Guaporé.

1.2. VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses a contar de 08/05/2023;

VALOR: valor total de R\$ **50.400,00** (Cinquenta mil, quatrocentos reais).

Nova Lacerda-MT, 15 de maio de 2023.